

ETHICA

DEMOCRATIA

JUSTITIA

# Anais

XV CONFERENCIA  
NACIONAL DA ORDEM DOS  
ADVOGADOS DO BRASIL

1964

## PERSPECTIVA DA INFORMATIZAÇÃO NO DIREITO

ALEXANDRE RODRIGUES ATHENIENSE\*

### OBJETIVO

1. O objetivo deste trabalho é retrospectar doze anos de experiência, utilizando diversos computadores e programas dentro de um escritório de advocacia. Visamos propiciar aos colegas, conselhos que certamente importarão em ganho de tempo, economia e satisfação pessoal no exercício desta atividade que chega a nos confundir com sua interminável lista de detalhes técnicos, que procurarei minimizar através de uma linguagem clara e objetiva.

### CONFIGURAÇÃO IDEAL

2. A partir do início do ano de 1994, no Brasil, os advogados que adquiriram seus equipamentos, iniciantes ou não em informática, optaram, em sua maioria, pelo modelo 486, com diferentes configurações.

Atualmente este modelo apresenta diversas opções de microprocessadores.

2.1. Os mais baratos são os 486 DLC, com diferença de preço irrelevante em relação a alguns 386.

Em uma escala crescente de preços, posteriormente apresentam-se os 486 SX, 486 DX, 486 DX2 e os recém-lançados 486 DX4. Obviamente, esta diferença existe em relação à rapidez de processamento.

A escolha entre o computador de mesa (desktop) ou portátil (notebook) dependerá da necessidade do advogado em trabalhar de forma itinerante ou não.

Não se recomenda a utilização de outros computadores que não sejam do padrão IBM-PC, em virtude da ausência de programas específicos para a área jurídica que sejam compatíveis com este modelo.

Sobreleva notar que, seja qual for o equipamento, ficará ao gosto do advogado compor cada máquina com mais memória RAM, levando-se em conta que estas memórias deverão ser instaladas em grupos de 4mb RAM. Isto quer dizer que o interessado deverá optar por um equipamento com 4, 8 ou 12 Mb RAM ou mais. Estas memórias proporcionarão maior velocidade de resposta, bem como oferecerão maior conforto para trabalhar com vários programas simultaneamente. Caso o computador seja para uso doméstico ou individualizado dentro do escritório, 4Mb RAM já serão suficientes para o advogado que utilize um editor de textos no ambiente operacional Windows. Se o equipamento funciona como estação de trabalho conectada a uma rede local, a configuração ficará com uma melhor performance, desde que o equipamento possua 8 Mb RAM. Futuramente, na medida em que o equipamento vier a

• Os equipamentos deverão processar as informações de maneira cada vez mais rápida. Não se admite que o usuário gaste muito tempo na obtenção de resposta. Se isto estiver ocorrendo, procure acrescentar, o quanto antes, um microprocessador mais rápido, ou então, mais memória RAM.

• Todos os programas existentes caminham para a multimídia, ou seja, além de contarmos com informação textual, no futuro obteremos em tela imagens em movimento, como num filme ou televisão. Contaremos com a possibilidade de entrada de dados, por voz, podendo pesquisar algum banco de dados com a presença de imagens e sons. Para tanto, é necessário que o equipamento possua um microprocessador rápido (486 ou superior), memória RAM suficiente (8 ou 12 Mb), além de uma placa de vídeo de alta definição e resposta rápida de 1 ou 2 Mb RAM.

• Os programas de computador estão ficando cada vez mais fáceis de usar. A existência de telas gráficas, onde o advogado é induzido por imagens ou ícones, e textos de auxílio, constitui tendência irreversível. Isto significa um considerável aumento de memória requerido pelos mesmos no disco rígido. Para se ter uma idéia do que isto representa, o editor de textos Word for Windows versão 2.0 ocupava em sua configuração máxima 15 Mb. A nova versão 6.0 lançada recentemente, com vários incrementos, exige aproximadamente 30 Mb de disco rígido, se o advogado pretender instalar em sua configuração completa.

• O telefone decididamente "casou" com o computador. Daí a indispensabilidade de se contar com uma placa fax/modem rápida, acesso a vários tipos de informação em diversos bancos de dados existentes. Entretanto, o sistema de telefonia nacional em diversas localidades é bastante precário, o que redundará em uma performance baixa para acesso. O importante é saber se a placa emula a velocidade de acesso compatível com os serviços jurídicos existentes em cada região, e que se possa contar com um software de acesso compatível.

• Há algum tempo, os trabalhos produzidos pelo editor de textos deixaram de ser eminentemente textuais, com apenas uma fonte de letra, passando a incorporar diversas fontes de diferentes tamanhos, além de imagens ou fotos. Estes textos demandam uma impressora matricial com letras bem definidas e rápida (com cabeçote de 24 agulhas e 270 caracteres por segundo) ou modelos a laser, com no mínimo 2 Mb de memória.

• Começa a pensar que, no futuro, todos os computadores no mundo estarão interligados: seja em rede local dentro do próprio escritório, seja conectado a outro de sua residência ou mesmo a outros escritórios e sucursais em outras cidades. Com isto será implementado o uso de correio eletrônico, para a troca de mensagens com anexação de trabalhos legais, delegação de tarefas, agendamento de compromissos, troca de idéias sobre um determinado processo ou assunto legal, envio de recados, de forma que haja comunicação com outras pessoas a partir de sua sala, sem sair de sua mesa.

## REDE LOCAL

3. A comunidade de informática é unânime quando conclui que o crescimento do mercado de redes locais nos escritórios de advocacia foi o maior da área, nos

incorporar mais recursos de multimídia, ou seja, adicionando sons e imagens em movimento aos dados existentes, recomenda-se aumentar o número de memórias para 12 ou 16 Mb RAM.

2.2. Outra orientação interessante, a quem pretenda comprar um novo equipamento, está no aferimento quando da aquisição de uma placa-mãe, de um "soquete azul". Este componente, no futuro, possibilitará a troca do atual microprocessador pelo processador "pentium", de quinta geração.

2.3. Quanto a monitor de vídeo, convém ressaltar que uma escolha inadequada poderá causar enorme desconforto àqueles que se submeterão a trabalhar várias horas visualizando diversas linhas de texto de frente ao teclado. Neste sentido, resguardada qualquer preferência quanto à escolha de uma tela monocromática (preto e branco) ou colorida, o importante é ressaltar a escolha pelo modelo VGA ou SVGA. Os monitores atuais estão dispostos em tela plana, e poderão ter um tamanho básico variando entre 14 e 18 polegadas. O importante, independentemente da cor ou da marca de preferência, é a escolha da placa de vídeo que será inserida dentro do equipamento, que proporcionará maior velocidade e definição quanto às imagens. No mercado atual, encontram-se placas VGA que vão desde 256 Kb de memória até 2 Mb RAM.

Caso o advogado pretenda apenas trabalhar com o micro, voltado para a edição de textos, deverá optar pela primeira opção, devido ao seu preço mais compensador. Entretanto, se quiser utilizar o micro como multimídia, o ideal seria adquirir uma placa de no mínimo 1 Mb RAM.

2.4. A escolha do tamanho da unidade de disco rígido dependerá muito da destinação que se der ao computador, isto é, uso particular ou em rede local. Na primeira hipótese, o advogado deverá optar por tamanho de no mínimo 127 Mb, sendo que no próprio mercado nacional será difícil encontrar algo menor do que isto. Mas se o equipamento for conectado em rede local, impende considerar que os programas e dados, nele existentes, serão de consulta por outros terminais, o que acarretará uma configuração maior, de no mínimo 200 Mb.

2.6. Outros itens básicos para compor o equipamento:

• Duas unidades de disco flexível (uma de 5 1/4" e outra com 3 1/2").

• Uma leitora de CD-ROM (visando à consulta aos compêndios de legislação em CD-ROM existente) no mínimo com "double-speed", ou seja, dupla velocidade - proporcionando respostas mais rápidas.

• Um mouse de dois botões padrão Microsoft.

• Uma placa fax/modem interna, que seja compatível com o padrão Hayes, e que possua velocidade de até 9600 bps.

• Uma impressora que poderá ser matricial de 80 colunas com cabeçote de 24 agulhas, ou jato de tinta ou a laser.

• Um filtro de linha.

• Um estabilizador de voltagem.

2.7. Seja qual for a configuração, procedência, modelo ou marca, o advogado que não queira desembolsar mais dinheiro para se manter atualizado, deverá ter o conhecimento básico de como será a informática no futuro próximo:

últimos anos. Todos, porém, estão conscientes de que escolher o melhor sistema operacional da rede não é uma tarefa fácil. Vários pontos deverão ser levados em conta quando for preciso tomar esta decisão.

3.1. Cumpra avaliar quais serão os tipos de computadores que deverão ser interligados. Se o advogado já possui computadores AT 286 ou inferiores e não quiser prescindir de conectá-los à rede, a escolha poderá recair pela Rede Novell, Lantastic ou Lan-Manager.

Isto porque estes sistemas operam o DOS e Windows. O compartilhamento de arquivos e diretórios poderá ser feito a partir do disco rígido de um microcomputador central, chamado tecnicamente de servidor, sendo acessado através de vários terminais. Neste caso os terminais não necessitarão possuir um disco rígido, o que diminuirá o preço final de cada estação. O inconveniente será a total dependência destes terminais do servidor, pois não poderão funcionar isoladamente a não ser que o computador central esteja ligado.

3.2. Outra solução seria o compartilhamento ponto a ponto, através do franqueamento de recursos de um terminal ao outro ou mesmo utilizando impressoras conectadas fisicamente em outras estações, sem a necessidade de um servidor de rede.

Exemplificando, um computador seria alocado para os dados de jurisprudência, outro para os arquivos de texto e outro para o controle de processos, embora todos acessáveis a partir de qualquer estação. O grande concorrente para estas redes é a recém-lançada Windows for Workgroups da Microsoft, ora na versão 3.11. Esta rede é mais fácil de operar, já possui correio eletrônico, e seu custo é bem mais barato. No entanto, requer que cada terminal seja no mínimo um computador 386 DX, com 4 Mb RAM, sendo 8 Mb RAM a configuração com performance ideal.

3.3. Emito algumas recomendações rápidas a serem seguidas antes de implantar uma rede local.

3.3.1. Não faça escolha do produto apenas pelo preço, pois o sistema operacional representa a menor parcela do custo total da rede (aproximadamente 25%). A maior parte fica com a instalação, treinamento e suporte, que devem ser cuidadosamente selecionados.

3.3.2. Não permita que profissionais despreparados instalem, configurem ou façam a manutenção da rede. Isto poderá resultar em baixa performance do sistema operacional.

3.3.3. Questione-se ao escolher seu sistema operacional de rede. Não decida sem saber qual a compatibilidade de seus programas com o novo sistema operacional adotado, se os seus equipamentos estão configurados para obter rapidez na resposta dos dados, ou se vão demandar alguma troca de acessórios.

3.3.4. Analise se o atual fluxo de trabalho do escritório se adapta à característica de operar da rede local.

3.3.5. Eleja uma pessoa dentro do escritório para ser o administrador da rede, visando a utilizá-la como "bombeiro" para apagar os problemas, ou mesmo para relatar de forma mais adequada algum imprevisto para um consultor externo.

## A DIFÍCIL ARTE DE SE MANTER ATUALIZADO

4. Informática requer tecnologia. Tecnologia requer atualização constante. Atualização constante exige altos investimentos. Até que ponto posso manter o custo/benefício de cada real gasto para informatização?

Sugiro alguns critérios sobre como planejar as suas compras, para não adquirir produto de vida curta.

4.1. Com equipamentos, evite os mais novos, mas não permaneça muito tempo com o velho apenas porque é mais barato.

A boa estratégia é adquirir equipamentos que tenham de três a doze meses de lançamento e se baseiem num processador que não seja o mais rápido possível, mas também que não esteja longe disso.

Usando esta estratégia será possível avaliar melhor o desempenho destas novidades com colegas ou com consultores de informática, encontrando e resolvendo qualquer problema. Isto, além de levar vantagem na primeira rodada de cortes de preços dos fornecedores, que são inevitáveis nesse negócio.

4.2. Saiba quando trocar a versão de seu equipamento. Mantenha ciclos de depreciação em dois anos no máximo. Manter equipamentos depreciados além desse período faz com que se perca dinheiro. Saber quando fazer o "upgrade" é quase um ato de magia negra. Uma sugestão é saltar duas gerações em hardware, tal como de um processador 286 para 486 ou de um 386 para um Pentium. Se a mudança ocorrer a cada geração, o advogado estará sempre num movimento de aprendizado e nunca aferrará realmente se a sua produtividade cresceu.

Uma solução sempre pouco dispendiosa e de certo resultado é trocar componentes que trarão maior velocidade de resposta; porém, se estas trocas se tornam insuficientes, é hora de dar o salto. Obviamente, algumas circunstâncias são imperiosas para a troca de equipamento ou de configuração, tais como a mudança dos programas do sistema operacional DOS para o WINDOWS, ou, mesmo, passar de uma máquina individual para uma ligação em rede.

4.3. Atualize o software somente em caso de mudanças significativas e faça isso com todos os demais computadores do escritório, induzindo que todos os que operam o computador estejam com a mesma versão. Esta assertiva vale para os escritórios de advocacia que tenham mais de um computador; ou caso o advogado faça tópicos de advocacia em diversos locais. Nem sempre é simples descobrir o que é "significativo". Uma boa solução será a leitura de revistas especializadas com reportagens acerca de novos lançamentos.

4.4. Invista em uma instalação elétrica apropriada. Esta recomendação é importante para o funcionamento regular do computador, em face da sua alta sensibilidade quanto a intempéries. No tocante a redes locais, é muito importante contar com um bom cabeamento. Isto redundará em maior longevidade da instalação, ganho de tempo e menores dores de cabeça quanto à desconexão de qualquer terminal.

4.5. Conheça as suas limitações e reconheça quando você precisa de ajuda. Normalmente, suas escolhas levarão em conta colegas na mesma situação que a sua ou a ajuda de consultores especializados em microinformática. Utilize estes serviços

muito utilizados são os corretores ortográficos, dicionários de sinônimos, inserção de desenhos ou fotos no texto, estéticas memorizadas, elaboração de formulários, tabelas, gráficos e macros.

Os programas de controle de andamento de processos definitivamente substituíram as antigas fichas. Mas este programa não poderá ser implantado caso não exista uma prévia documentação das informações, de modo a garantir a integridade dos dados que serão armazenados. Da mesma forma, é de substancial importância que sejam realizadas várias cópias de segurança dos dados, pois é imprescindível minimizar qualquer risco de perda de dados que não serão mais encontrados no velho arquivo de fichas de papel. A adoção de vários jogos de disquetes, individualizados para cada cópia que realiza cotidianamente, irá garantir a segurança das informações.

No tocante a banco de dados, a grande vedete do momento é o LIS - Legislação Informalizada Saraiva, a recente coletânea de legislação lançada em CD-ROM pela Saraiva DATA. Há de compreender-se que, na verdade, esta base de dados não é apenas um programa e sim um serviço, com atualização bimestral, garantindo ao profissional do direito a segurança quanto à legislação federal vigente do país. A mídia de armazenamento do CD-ROM é a mais adequada para o armazenamento de grandes quantidades de informação. Em face do seu custo, volume de armazenamento de dados (550 Mb, ou seja, aproximadamente 500.000 laudas impressas), segurança de gravação. Esta tendência mundial, em curto espaço de tempo estará sendo estendida a coletâneas de jurisprudência, por tribunais ou por assuntos específicos, ou até mesmo legislações comentadas.

A grande vantagem obtida será a redução do tempo de atualização, em relação às coletâneas de papel; a rapidez do acesso à informação e a desnecessidade do constante desembolso com a troca de discos rígidos em razão do incremento de memória.

De outra forma, os bancos de dados com informações coletadas pelos advogados ficaram armazenados no disco rígido, através dos diversos softwares de recuperação de texto existentes no mercado nacional. Dentre estes bancos de dados, eis algumas sugestões que o advogado pode colecionar no computador:

- Acervo de temas pessoais, envolvendo doutrinas, jurisprudências e legislações da especialidade de cada advogado. Os assuntos poderão ser coletados na medida em que se encontre a informação desejada em livros, substituindo o antigo hábito de rasgar um pedaço de papel e colocar entre as folhas do livro, pela transcrição da pesquisa para o computador.

- Acervo de índice das revistas de doutrinas. Nada melhor que reduzir o tempo de pesquisa aos intermináveis índices de revistas, a partir do hábito de lançar no computador o resumo em palavras-chaves, o índice de doutrina do volume de revista assinada pelo escritório.

- Acervo de Biblioteca. Consiste em digitar o título da obra, o seu autor, o assunto tratado e a sua localização no escritório, além das palavras-chaves contidas nas páginas de índice de cada volume.

- Arquivo morto ou acervo de trabalhos realizados. A implantação deste banco de dados requer uma documentação das defesas relevantes elaboradas pelo escritório

para que o seu fluxo de trabalho não seja comprometido, orientando-se para estratégias de uso de programas e aplicações que resultarão em ganho de tempo no seu cotidiano. Lembre-se que os dissabores com a informática terminam no momento em que o advogado conta com um suporte técnico confiável. O ideal é contar com a ajuda de um consultor que possa responder às suas necessidades específicas, mais do que, apenas, vender a você a novidade da última semana. Lembre-se de que os melhores vendedores, envolvidos com algum tipo de equipamento, não podem contar toda a verdade. Afinal de contas, quando uma pessoa tem de escolher entre o seu projeto e a margem de lucros dela, alguém vai sair perdendo.

4.6. Implemente novas tecnologias em pequenas doses. Crie um critério de prioridades, estabeleça um período adequado de aprendizado e somente faça novos investimentos após dominar bem cada programa.

### VERIFICAR O QUE É PRIORITÁRIO

5. Este princípio básico é a chave para a satisfação plena em termos de investimento em informática. Não tente implantar vários acessórios ou diversos programas em um só tempo. O advogado não terá como avaliar bem o retorno do investimento, quanto ao afeimento do ganho de tempo com estes investimentos.

A conscientização se faz no momento em que imaginarmos que hoje saber informática é na verdade saber operar programas. O importante é aprender a operar bem cada programa. Entrando rapidamente com as informações e sabendo buscar as respostas desejadas. Neste sentido, estipule um período para aprendizado de cada etapa prioritizada, motive as pessoas que vão operar o equipamento, demonstrando-lhes o ganho de tempo obtido.

Lembre-se de que um projeto empreendedor em informática dependerá de uma perfeita simbiose de aspectos computacionais e não computacionais. Isto é, caso equipamento, programas, suporte técnico, advogados bem treinados e colegas ou estagiários motivados não estejam, harmonicamente dispostos, a satisfação pessoal poderá diminuir e conseqüentemente o custo/benefício será bem menor.

### TIPOS DE PROGRAMAS DISPONÍVEIS PARA O ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA

6. Fazendo uma breve análise, após doze anos do início das vendas de microcomputadores no país, e conseqüente aparecimento dos primeiros programas, concluímos que:

- Setenta por cento (70%) dos advogados optam por dar entrada na informática através do uso do editor de textos, visando à substituição da antiga máquina de escrever. Atualmente a tendência irreversível do mercado tem sido a opção de editores de textos para o ambiente operacional WINDOWS. Isto ocorre devido à possibilidade de impressão de fontes de letras mais legíveis, sem que represente desembolso em novos equipamentos. Os softwares "for windows" possuem estas fontes de letras, ainda que as impressoras possuam ou não os referidos tipos de letras. Outros recursos

através de palavras-chave, que descreverão a linha de raciocínio desenvolvida para cada caso. Poderá, ainda, ser destacada a legislação atinente ao caso, bem como as informações quanto ao seu julgamento e localização nos arquivos do escritório.

• Programas de acesso aos tribunais requerem do advogado certas precauções devido à desuniformidade dos computadores existentes nos diversos foros do país. Em outras palavras, significa diversidade de protocolos de comunicação e das linhas de acesso (hoje divididas entre a Embratel e as Companhias telefônicas estaduais). O ponto crucial para definição da aquisição deste programa consiste em aferir se o fabricante possui uma política séria de atualização de versões, que garantam ao advogado um suporte técnico para o acesso a novos serviços jurídicos implementados; ou que suporte as constantes alterações de protocolo nos tribunais. Além disso, é importante que as informações visualizadas em tela sejam possíveis de mesclar em qualquer trabalho editado, resultando em ganho de tempo de digitação. Quanto às informações obtidas, elas hoje são de ordem jurisprudencial, legislativa, doutrinária e processual. Esta última resulta muitas vezes em uma situação até então inimaginável, que possibilita ao advogado a substituição da leitura dos informativos judiciais através da tela do computador, se realizado o cruzamento do número da OAB e um período, resultando na visualização dos processos patrocinados que movimentaram nos últimos dias.

Neste sentido, é salutar que a OAB intervenha junto aos tribunais informatizados, objetivando a obrigatoriedade da adoção de uma vinculação do número da OAB do advogado aos registros eletrônicos dos processos, processando esta pesquisa através dos terminais instalados nos escritórios. A adoção dessa medida fará com que o advogado possa ter acesso a uma informação processual ao mesmo tempo em que estiver sendo elaborada a pauta nos cartórios, o que resultaria na antecipação da publicidade da ocorrência processual, em pelo menos 48 horas antes da publicação no Diário Oficial. Nesta área, o único produto lançado no Brasil, que possui suporte técnico confiável, tem sido o software Zapt Jurídico da Humana Informática.

• Recém-lançado no mercado nacional, o Dicionário Aurélio tem obtido grande aceitação junto à classe jurídica. Apresentado em versões DOS ou WINDOWS, este conhecido repertório funciona simultaneamente com o editor de texto, atendendo o "on-line" pesquisas de sinônimos e antônimos e definição de verbetes.

• Outros programas utilizados são os que promovem atualização monetária através de diversos índices. Estes programas, tipicamente nacionais, facilitam o raciocínio do advogado quanto à atualização de qualquer valor, com a análise de valor médio através da evolução entre vários índices; ou, mesmo, propiciando ao cliente, em poucos segundos, o valor recente de uma nota promissória antiga, incluindo um cálculo estimativo de honorários em relação ao valor da causa. Neste mesmo diapasão, vários advogados utilizam programas que elaboram cálculos trabalhistas, ou planilhas eletrônicas na elaboração de cálculos em falências e concordatas.

• Os programas utilitários têm um papel indispensável para cada computador. Eles garantem a integridade do equipamento. São ferramentas que exigem o conhecimento básico de cada advogado, pois são bastante utilizados no nosso cotidiano. Entre os mais importantes mencionamos os antivírus (previne contra a "contaminação" do

disco rígido), "backup" (realiza cópias de segurança dos dados do disco rígido em disquetes), "undelete" (recupera os arquivos apagados indevidamente), "chkdsk" (verifica a integridade do disco rígido), "speed disk" (recupera a velocidade de acesso do disco rígido após um certo tempo de uso), além do gerenciador de arquivos, gerenciador de impressão, painel de controle (todos estes atinentes ao ambiente operacional Windows).

## CONCLUSÃO

Em face do que foi exposto, recomenda-se que o Conselho Federal, valendo-se de suas seções e do serviço que mantém, empenhe-se na atualização de seu cadastro geral de advogados inscritos.

Com essa providência terá meios de proceder a uma troca de informações, fornecendo aos Tribunais, que contam com serviços informatizados de andamento de processos, os dados que possui. Em decorrência disso, o advogado poderá valer-se deste sistema, operando-o em seu próprio escritório, com economia de tempo, em benefício de seus clientes, e com a conseqüente elevação de seu rendimento profissional.